

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Do Objeto

**1.1 Do objeto:** O Objeto da presente contratação é a Aquisição de materiais de gêneros alimentícios para atender às necessidades da Câmara Municipal de Santana da Vargem.

**1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 12.179, de 13 de junho de 2022.

**1.3 Da descrição do objeto:** A descrição do objeto deverá estar em conformidade com o descrito nos **itens II e III do Estudo Técnico Preliminar- ETP**, conforme tabela abaixo:

L	I	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNI DAD E DE MED IDA	QUA NTI DAD E	PREÇ O ESTI MAD O UNIT ÁRIO	PREÇ O ESTI MAD O TOTA L POR ITEM	LOCAL DE EXECUÇ ÃO	PRAZO PARA EXECU ÇÃO
1	1	<b>ACHOCOLATADO EM PÓ (). - COM NO MÍNIMO AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES: ACHOCOLATADO DIET, PARA DIABÉTICOS, COM CERTIFICADO PELA ANAD, INGREDINETES: MALTODEXTRINA. CACAU LETICINADO; VITAMINAS E MINERAIS(MINERAIS: FERRO, ZINCO E SELÊNIO; VITAMINAS: A,D,E B1,B2, C, ASPARTAME, ACESULFAME DE POTÁSSIO SECARINA SÓDICA, ANTIUMECTANTE DIÓXIDO DE SILÍCIO; AROMATIZANTE, ESPESSANTE</b>	UNI D.	6	R\$19,4 9	R\$116, 94	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		CARBOXIMERICELULOSE. EMBALAGEM DE 210 GRAMAS.						
1	2	<b>ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO ().</b> - COM NO MÍNIMO AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES: ADOÇANTE STÉVIA 100% NATURAL, EDUCORANTES NATURAIS, GLICOSÍDEOS DE STEVIOL, BENZOATO DE SÓDIO E SORBATO DE POTÁSSIO, ACIDULANTE, FRASCO COM NO MÍNIMO 80ML.	UNI D.	1	R\$7,70	R\$7,70	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	3	<b>ÁGUA MINERAL ().</b> - COM NO MÍNIMO AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES: FRASCO DE 500ML, FLUORETADA, SEM GÁS - 500ML - PH 7,37, COMPOSIÇÃO QUÍMICA - BÁRIO 0,133 - BICARBONATO 106,53; CÁLCIO 3,714; CLORETO 1,4; ESTRÔNCIO 0,041; FLUORETO 0,93; FOSFATO 0,86; MAGNÉSIO 1,205; POTÁSSIO 2,765; SÓDIO 35,105; SULFATO 1,69. (UN)	UNI D.	500	R\$1,98	R\$990,00	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	4	<b>ÁGUA MINERAL COM GÁS ().</b> - COM NO MÍNIMO AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES:	UNI D.	500	R\$2,98	R\$1.150,00	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem,	2 (dois) dias úteis após a emissão

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		FRASCO DE 500ML, FLUORETADA, COM GÁS - 500ML - PH 7,37, COMPOSIÇÃO QUÍMICA - BÁRIO 0,133 - BICARBONATO 106,53; CÁLCIO 3,714; CLORETO 1,4; ESTRÔNCIO 0,041; FLUORETO 0,93; FOSFATO 0,86; MAGNÉSIO 1,205; POTÁSSIO 2,765; SÓDIO 35,105; SULFATO 1,69.					no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	5	<b>AÇÚCAR CRISTAL ()</b> . - com no mínimo as seguintes especificações: obtido da cana de açúcar, tipo cristal, com aspecto cor, cheiro próprios, sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99,3%p/p e umidade máxima de 0,3%p/p, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em saco plástico atóxico, contendo 5kg do	UNI D.	12	R\$19,99	R\$239,88	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	6	<b>BALA DE CARAMELO COM RECHEIO ()</b> . - com no mínimo as seguintes especificações: pacote com 750 gramas, Ingredientes: Xarope de glucose, açúcar, leite condensado, óleo vegetal de palmiste hidrogenado, gordura vegetal hidrogenada, massa de cacau, manteiga, manteiga de cacau, cacau	PCT	12	R\$24,99	R\$299,88	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		em pó, soro de leite em pó, sal, emulsificantes: lecitina de soja, mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido recinoléico interesterificado aromatizante. com no mínimo as seguintes especificações: pacote de 600 gramas.						
17		<b>BISCOITO AMANTEIGADO ()</b> . - Com no mínimo as seguintes especificações: Sabores variados. Pacote com 330 gramas Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar líquido invertido, leite em pó, sal, manteiga, fermentos químicos: bicarbonato de amônia, pirofosfato, ácido de sódio, bicarbonato de sódio, emulsificante lecitina de soja e aromatizantes.	PCT	45	R\$7,99	R\$359,55	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
18		<b>BISCOITO SALGADO TRADICIONAL ()</b> . - com no mínimo as seguintes especificações: Embalagem com no mínimo 144gr, contendo no mínimo 6 pacotes individuais de no mínimo 24gr, sabores variados (devera conter na proposta o sabores ofertados pelo fornecedor).	PCT	60	R\$5,65	R\$339,00	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
19		<b>BISCOITO TIPO ROSQUINHA:</b> com no mínimo as seguintes					Entregue na Câmara Municipal de Santana da	2 (dois) dias úteis após a emissão

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		especificações: no mínimo 300g, sabor chocolate ou côco, textura crocantes, ingredientes principais chocolate, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido, fermentos químicos, bicarbonato de sódio, amônio.	PCT	15	R\$7,20	R\$108,00	Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	10	<b>CAFÉ TORRADO E MOÍDO ().</b> - com no mínimo as seguintes especificações: Café torrado e moído, de 1ª qualidade, 100% tipo arábica, pacote de 500g, embalado a alto vácuo.	PCT	40	R\$16,49	R\$659,60	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	11	<b>LEITE PASTEURIZADO (.)</b> - Leite UHT ou longa vida, fluído, homogeneizado, pasteurizado, cor branca, Tipo A, integral, origem: vaca, armazenamento em caixas cartonadas, específica para o produto longa vida, contendo 1 litro; Deverá conter em uma porção de 200ml 82kcal, 9g de carboidrato, 6,2g de proteína, 2,4g de gordura total, 1,5g de gordura saturada, 0g de gordura trans, 0g de fibra, 232mg de cálcio, 128mg de sódio. Validade mínima de 180 dias.	UNI D.	180	R\$6,49	R\$1.168,20	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	12	<b>LEITE</b>					Entregue na	2 (dois)

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		<b>PASTEURIZADO ZERO LACTOSE:</b> Leite UHT ou longa vida, fluído, homogeneizado, pasteurizado, cor branca, Tipo A, integral, origem: vaca, armazenamento em caixas cartonadas, específica para o produto longa vida, contendo 1 litro; Deverá conter em uma porção de 200ml 82kcal, 9g de carboidrato, 6,2g de proteína, 2,4g de gordura total, 1,5g de gordura saturada, 0g de gordura trans, 0g de fibra, 232mg de cálcio, 128mg de sódio. Validade mínima de 180 dias <b>adição de enzima lactase.</b>	UNI D.	50	R\$7,50	R\$375,00	Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	13	<b>MAIONESE ()</b> . - Com no mínimo as seguintes especificações: frasco de 480 ml, ovos pasteurizados, amido modificado, vinagre, açúcar, sal, água, óleo vegetal, suco de limão, acidulante, ácido láctico, estabilizante goma xantana, conservador ácido sórbico, sequestrante EDTA, cálcio dissódico, corante páprica, aromatizante e antioxidantes ácidos cítricos BHT e BHA, não contém glúten e contém Ômega 3 Água, óleo vegetal, ovo pasteurizado, amido modificado, vinagre, açúcar, sal, cloreto de potássio, suco de limão, conservador ácido	UNI D.	15	R\$12,20	R\$183,00	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		sórbico, estabilizante goma xantana, acidulante ácido fosfórico. sequestrante EDTA, cálcio de sódico, corante natural páprica, aromatizante antioxidante BHA, BHT e ácido cítrico.						
1	14	<b>MANTEIGA (.)</b> - Manteiga, tipo: primeira qualidade, composição: Creme formado a partir de leite pasteurizado de vaca, com sal Pote com 200gr; Apresentação: sólida, pastosa, resfriada, textura lisa e uniforme; Com data de validade de no mínimo 30 dia.	UNI D.	20	R\$13,99	R\$279,80	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	15	<b>MARGARINA ZERO LACTOSE:</b> primeira qualidade, especial para restrição alimentar à lactose composição: Água, óleos vegetais líquidos e modificados, sal, cloreto de potássio, leite em pó integral sem lactose, vitamina A, estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos e esterres de poliglicerol de ácido ricinoleico, conservador: sorbato de potássio, aromatizantes: aroma idêntico ao natural e aroma natural, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: EDTA cálcio dissódico e TBHQ,	UNI D.	10	R\$8,90	R\$69,90	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		corante: betacaroteno. 0%lactose.						
1	16	<b>PÃO DE FORMA (.)</b> - Assado, cortado em fatias, massa leve, pacote com 450 gramas; Embalagem de polietileno resistente, atóxico, contendo a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de fabricação, peso líquido, lista de ingredientes, tabela nutricional. Validade mínima de 7 dias. Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento, açúcar, óleo vegetal, sal, água. Outros Ingredientes Permitidos; Adm. Determinados Pela Anvisa.	UNI D.	30	R\$8,79	R\$263,70	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	17	<b>REFRIGERANTE DE COLA (.)</b> . - Com no mínimo as seguintes especificações: Embalagem de 2 litros.	UNI D.	30	R\$9,99	R\$299,70	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	18	<b>REFRIGERANTE DE GUARANÁ (.)</b> . com no mínimo as seguintes especificações: Embalagem de 2 litros.	UNI D.	30	R\$7,80	R\$179,70	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

							Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	Municipal de Santana da Vargem.
1 19	<b>REQUEIJÃO CREMOSO LIGTH ()</b> . - com no mínimo as seguintes especificações: Leite integral concentrado, proteico de leite em pó, soro de leite, cloreto de cálcio, fermento lácteo, enzima protease, conservante sorbato de potássio e nisina e regulador de acidez ácido lácteo, cloreto de sódio, água, sal, coagulante emulsificante (450 III, 451 II, 452 I, 451 I).	UNI D.	40	R\$11,45	R\$439,60	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.	
1 20	<b>REQUEIJÃO CREMOSO ZERO LACTOSE ()</b> . - com no mínimo as seguintes especificações: requeijão cremoso zero lactose; Leite integral concentrado, proteico de leite em pó, soro de leite, cloreto de cálcio, fermento lácteo, enzima protease, conservante sorbato de potássio e nisina e regulador de acidez ácido lácteo, cloreto de sódio, água, sal, coagulante emulsificante, acrescido da ENZIMA LACTASE; (450 III, 451 II, 452 I, 451 I).	UNI D.	30	R\$13,20	R\$396,00	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.	
1 21	<b>SAL REFINADO ()</b> . - Com no mínimo as	UNI D.	1	R\$3,99	R\$3,99	Entregue na Câmara Municipal de		

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		seguintes especificações: Pacote com 1 kg Cloreto de sódio iodato de potássio, antiemético ferrocianeto anito de sódio ins535.					Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	
1	22	<b>SUCO CONCENTRADO SABOR ABACAXI ()</b> . - Água, polpa de abacaxi, açúcar, acidulante, ácido cítrico, aroma natural de abacaxi, vitamina C e edulcorante, glicosídeos de esteviol (stévia) (2,3 mg/100 ml), Sem ingredientes artificiais, sem conservantes, 55% polpa, 1 L, embalagem cartonada, multicamadas, polietileno de baixa densidade e alumínio, tipo longa vida.	UNI D.	50	R\$9,40	R\$470,00	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	23	<b>SUCO CONCENTRADO SABOR UVA ()</b> . - Água, polpa de uva, açúcar, acidulante, ácido cítrico, aroma natural de uva, vitamina C e edulcorante, glicosídeos de esteviol (stévia) (2,3 mg/100 ml), Sem ingredientes artificiais, sem conservantes, 55% polpa, 1 L, embalagem cartonada, multicamadas, polietileno de baixa densidade e alumínio, tipo longa vida.	UNI D.	50	R\$9,49	R\$474,50	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	24	<b>SUCO CONCENTRADO SABOR</b> 8,000	UNI	50	R\$9,40	R\$474,	Entregue na Câmara Municipal de	2 (dois) dias úteis após a

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		MARACUJÁ (). - Água, polpa de maracujá, açúcar, acidulante, ácido cítrico, aroma natural de maracujá, vitamina C e edulcorante, glicosídeos de esteviol (stévia) (2,3 mg/100 ml), Sem ingredientes artificiais, sem conservantes, 55% polpa, 1 L, embalagem cartonada, multicamadas, polietileno de baixa densidade e alumínio, tipo longa vida.	D.			50	Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.
1	25	ÓLEO COMESTÍVEL (). - azeite de oliva, extra virgem, obtido de azeitonas sãs, com sabor e cheiro de azeitona, isento de rancos e substâncias estranhas, acidez igual ou inferior a 1% apto para consumo na mesa, frasco com no mínimo 500ml.	UNI D.	4	R\$31,99	R\$127,96	Entregue na Câmara Municipal de Santana da Vargem, no endereço Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, CEP: 37195-000	2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento pela Câmara Municipal de Santana da Vargem.

**TOTAL ESTIMADO:**R\$ 9.476,10 (nove mil quatrocentos e setenta e seis reais e dez centavos)

**1.4 Do ciclo de vida do objeto:** A solução encontrada para atendimento das necessidades da Câmara municipal de Santana da Vargem foi a aquisição de gêneros alimentícios. Essa solução tem início do ciclo de vida com a aquisição desses itens e exaure com o consumo/injeção.

**1.5 Requisitos para contratação do objeto:** Os requisitos da contratação estão detalhados neste termo de referência, bem como, no **Estudo técnico preliminar- ETP, item III, 3**, do qual se extrai:

1. Qualidade dos Produtos: os itens fornecidos pela empresa devem ser de alta qualidade duráveis e resistentes. Eles devem ser fabricados com materiais seguros para uso alimentar e que atendam aos padrões de qualidade e segurança;

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

---

2. Prazos de Entrega: a empresa deve ser capaz de cumprir prazos de entrega estabelecidos no termo de referência, garantindo que os itens sejam disponíveis dentro do tempo necessários para atender às demandas da Câmara Municipal.

3. A habilitação do fornecedor para que seja possível realizar o contrato com a Administração Pública.

O fornecedor deverá estar qualificado a fornecer para a administração pública atendendo todos os requisitos de Habilitação exigidos na Lei 14.133 de 2021 nos termos do artigo 62:

“Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I – jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV – econômico-financeira.”

4. A oferta de um preço vantajoso, compatível com o mercado.

Deverão estar incluídos nos preços ofertados, todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento da proposta.

5. A aceitação das condições do contrato da Administração pública para eventual contratação. O contratado deverá declarar que aceita todos os termos do contrato Para eventual contratação.

6. Requisitos dos Contratos

O Contrato deverá ser formalizado nos termos do TÍTULO III da Lei 14.133/2024 que Regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos.

Será observado em especial

“Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Art. 145. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

§ 1º A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser previamente justificada no processo licitatório e expressamente prevista no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta.

§ 2º A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado.

§ 3º Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

## 2 Da justificativa

2.1 A aquisição de produtos de gêneros alimentícios pela Câmara Municipal de Santana da Vargem desempenha um papel crucial no suporte às diversas operações da instituição. Estes alimentos, como leite, margarina, manteiga, água mineral, sucos, biscoitos, achocolatados e outros itens essenciais, são indispensáveis para garantir a preparação de cafés da manhã e da tarde, recepções de visitantes, e a realização de eventos que frequentemente ocorrem nas dependências da Câmara Municipal.

A oferta regular de café e lanches não é apenas uma cortesia, mas uma prática que promove o bem-estar dos servidores públicos e vereadores, proporcionando momentos de pausa necessários para socialização e recarga de energia, o que pode significativamente aumentar a produtividade e a satisfação no ambiente de trabalho.

A importância do café da manhã e da pausa para o café da tarde, assim como a oferta de alimentos para os trabalhadores, reside em vários aspectos fundamentais para o bem-estar e a produtividade. O café da manhã proporciona a energia necessária para iniciar o dia de trabalho de forma eficiente, garantindo que os servidores e vereadores estejam devidamente alimentados e prontos para enfrentar suas tarefas com vigor e concentração. A pausa para o café da tarde, por sua vez, oferece um momento essencial de descanso e recuperação, permitindo que os trabalhadores recarreguem as energias, reduzam o estresse e promovam a socialização entre colegas, o que pode fortalecer o espírito de equipe e melhorar o clima organizacional. A disponibilização contínua de alimentos demonstra cuidado e valorização dos colaboradores, resultando em um ambiente de trabalho mais saudável, satisfeito e motivado, fatores que são determinantes para a manutenção de alta produtividade e a realização eficiente das atividades institucionais.

A respeito da importância do lanche durante as sessões ordinárias e extraordinárias, que contam com a presença dos vereadores e, possivelmente, do público, é multifacetada. Em primeiro lugar, a oferta de lanches contribui para a manutenção da concentração e energia dos participantes, especialmente durante reuniões longas e exaustivas, garantindo que todos possam permanecer focados e engajados nas discussões e deliberações. Além disso, disponibilizar alimentos durante essas sessões demonstra um cuidado com o bem-estar dos presentes, criando um ambiente mais acolhedor e confortável. Para o público, a presença de lanches reforça a hospitalidade e a consideração da Câmara Municipal, proporcionando uma experiência mais positiva e mostrando o compromisso da instituição com a inclusão e o respeito aos cidadãos. Esta prática também ajuda a humanizar o ambiente institucional, promovendo uma imagem de acessibilidade e cordialidade, o que pode fortalecer a relação entre a Câmara e a comunidade.

Desta forma, a necessidade desses produtos alimentícios é fundamentada pela sua importância nas atividades cotidianas da Câmara. Durante reuniões e eventos, a disponibilidade de alimentos permite que os participantes se concentrem nas discussões e atividades sem preocupações com fome ou sede, além de transmitir uma hospitalidade que reflete positivamente a seriedade e cordialidade da instituição perante a comunidade.

Para determinar as quantidades necessárias, foi realizado um estudo do histórico de consumo, ajustando as quantidades conforme a demanda observada. Medidas foram tomadas

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

para evitar que itens essenciais se esgotem prematuramente, garantindo um suprimento contínuo e adequado. Adicionalmente, foram incluídos itens especiais sem lactose para atender às necessidades específicas de saúde de dos servidores e visitantes com restrições, assegurando que todos os membros da equipe recebam tratamento igualitário e inclusivo.

Os beneficiários diretos dessa aquisição abrangem todos os servidores públicos, vereadores, visitantes e o público que participa de eventos promovidos pela Câmara Municipal. A disponibilidade constante de alimentos e bebidas durante o expediente e eventos não só promove um ambiente de trabalho acolhedor e funcional, mas também contribui para a saúde e bem-estar geral dos envolvidos.

Os objetivos almejados com essa aquisição são variados e estratégicos. Primordialmente, visa-se a melhoria do ambiente de trabalho, tornando-o mais agradável e propício à realização de tarefas eficazes por parte dos servidores e vereadores. Além disso, a capacidade contínua de oferecer uma recepção calorosa aos visitantes e participantes de eventos reforça a imagem positiva e o compromisso da Câmara com a comunidade. A inclusão de opções sem lactose demonstra um comprometimento com a inclusão e o respeito às necessidades individuais de saúde, promovendo um ambiente de trabalho inclusivo e solidário.

Portanto, a aquisição de gêneros alimentícios emerge como uma medida essencial para o bom funcionamento da Câmara Municipal de Santana da Vargem, garantindo a continuidade das atividades administrativas e a realização eficiente de reuniões e eventos. A prática de oferecer café e lanches não apenas satisfaz as necessidades básicas dos colaboradores e visitantes, mas também fortalece o espírito de equipe e consolida a imagem institucional da Câmara como uma entidade comprometida com a excelência e o bem-estar de todos os seus envolvidos.

2.2. Será realizada a contratação por meio da aquisição em lote, MENOR PREÇO GLOBAL, tendo em vista a similaridade e padronização dos serviços/produtos. A aquisição será organizada em lote que englobará os itens ou conjuntos de serviços semelhantes. Esta estratégia permitirá uma aquisição eficiente e simplificada dos serviços/produtos, otimizando a gestão e facilitando a administração contratual.

2.3 A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, , Instrução Normativa n.º 01/2024 da Controladoria Interna, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

## 3 Da seleção do Fornecedor

3.1 O Fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de AQUISIÇÃO por dispensa de licitação (art.75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021).

3.2 A prestação dos serviços/Aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

3.3 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá ser observado os

requisitos exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação.

**3.4** Para a habilitação do fornecedor classificado serão exigidas, exclusivamente, as condições de habilitação exigidos, nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133 de 2021. (deverá ser adaptado conforme peculiaridade do serviços/produtos que serão adquiridos)

**3.5** Nos termos do art. 68 da Lei 14.133/21, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

**3.5.1** A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**3.5.2** A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**3.5.3** A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**3.5.4** A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**3.5.5** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**3.5.6** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

#### **4 Da Amostra**

**4.1** Não será necessário envio de amostras.

#### **5 Da Vigência**

**5.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura de minuta contratual ou instrumento similar.

#### **6 Da Gestão do Contrato**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3** As comunicações serão feitas exclusivamente por meios eletrônicos (e-mail e/ou WhatsApp) e serão consideradas válidas após **02 (dois) dias úteis** do seu envio, mesmo sem a confirmação de leitura.

**6.4** A Câmara Municipal de Santana da Vargem, poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5** Após a assinatura do contrato ou instrument equivalent, a Camara Municipal de Santana da Vargem, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: [santanadavargem.mg.leg.br](http://santanadavargem.mg.leg.br)

---

contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#);

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

---

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21 De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, conseqüentemente, suprir a necessidade apresentada perante o presente procedimento de contratação, têm-se nomeados os seguintes servidores para gestão e fiscalização do contrato:

**Gestor:** Diretor da Câmara Municipal de Santana da Vargem

**Fiscal técnico:** Diretor da Câmara Municipal de Santana da Vargem

6.22 Ainda, tem-se que, os servidores nomeados aos cargos de gestão e fiscalização da presente contratação possuem nítido conhecimento na área, de modo que se tornam capazes de aferir a qualidade do produto/serviço a ser prestado.

## 7 Da Entrega e Validade

7.1 Pela natureza da presente contratação, tem-se que a execução do objeto se dará de **forma parcelada** em conformidade com as necessidades específicas da Câmara Municipal de Santana da Vargem, seguindo rigorosamente as especificações e quantidades contidos na solicitação.

7.2 A fim de garantir a integridade do produto durante o transporte e evitar qualquer forma de deterioração ou deformidades, é imprescindível que os produtos de gêneros alimentícios sejam entregues em embalagens adequadas e higiênicas. Essas embalagens devem ser capazes de proteger estes produtos de danos físicos e exposição a condições adversas.

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

---

7.3 Caso, no momento da entrega, seja constatada qualquer forma de deterioração ou deformidades nas embalagens ou produtos recebidos, é responsabilidade do servidor que recebeu a mercadoria notificar imediatamente o fornecedor.

7.4 Os produtos de gêneros alimentícios deverão ser **entregues na sede da Câmara Municipal de Santana da Vargem**, no endereço: Praça Hernani Pereira Scatolino, 50, centro, Santana da Vargem, Minas Gerais. A entrega dos produtos deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 7h às 11h30min e do 12h30min às 16h quando for dia útil, conforme a emissão de ordem de fornecimento. O prazo da entrega será de 2 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de fornecimento.

7.5 O objeto deverá ser entregue na Praça Prefeito Hernani Pereira Scatolino, nº 50, Centro, Santana da Vargem/MG.

7.6 Todos os materiais devem ser entregues acondicionados em caixas ou recipientes aptos a serem armazenados e em suas embalagens originais do fabricante.

7.7. Não serão aceitos produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados ou em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação.

7.8 No ato da entrega será procedida a avaliação da qualidade dos produtos /Serviços licitados com relação à descrição, características, embalagem e rotulagem especificadas no objeto do Edital.

7.8.1 Caso o servidor responsável pelo recebimento dos produtos constate que não atendem as especificações poderá solicitar troca (que deverá ser providenciada a termo do evento) ou devolução;

7.9 **Da validade:** Os produtos deverão ser entregues com a data de fabricação com no mínimo 30 (trinta) dias de validade.

7.10 Ao assinar o CONTRATO DE FORNECIMENTO ou ORDEM DE FORNECIMENTO, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer à Câmara Municipal de Santana da Vargem, o objeto que lhe foi adjudicado conforme especificações e condições contidas neste Edital e também na Proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital.

## 8 Do Recebimento

8.1 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM**  
**PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50**  
**FONE (35) 3858 – 1229**  
**Site: santanadavargem.mg.leg.br**

---

Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 7 (sete) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 Os produtos/serviços defeituosos que não oferecerem a segurança que dele legitimamente se espera, deverão ser substituídos no prazo de até **07 (sete) dias** pela CONTRATADA, e às suas expensas, contados a partir da solicitação feita pela Câmara Municipal de Santana da Vargem/MG, mantido o preço inicialmente contratado, sob pena de ser considerada em atraso quanto à obrigação contratual.

8.4 Os produtos considerados como duráveis que se apresentem impróprios ou inadequados ao uso a que se destina, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, tendo a Câmara Municipal de Santana da Vargem, o prazo de **07 (sete) dias** contados da data do recebimento, para reclamar a troca.

8.5 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.6 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

8.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

- 
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal nos termo do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9 Do Pagamento

9.1 O pagamento será efetuado no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

- a) Devendo para isto a empresa vencedora apresentar Nota Fiscal Eletrônica demonstrando descrição correta dos itens, valores unitários e totais.
- b) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- c) O pagamento através de boleto bancário só será efetuado mediante o vencimento do boleto na apresentação.
- d) A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal a retenção de imposto de renda, bem como informar o regime tributário o qual a empresa está enquadrada, em consonância ao Decreto Municipal n.º 12.814 de 31 de julho de 2023, sob pena de retenção do Imposto de Renda sobre o valor total do documento.
- e) A CONTRATADA deverá constar na nota fiscal os dados bancários para pagamento

9.2 Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal Eletrônica correspondente emitida, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

9.3 A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da CONTRATANTE, que somente atestará a entrega das mercadorias e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

---

9.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA pelo representante da CONTRATANTE e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE

9.5 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

9.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.8.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## 10 Do Reajuste

10.1 Os contratos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima nos termos da Lei Federal de nº 14.133/2021.

10.2 Após o período de 12 meses, poderá haver o reajuste dos valores pelo índice IPCA fornecido pelo IBGE, que será concedido após a solicitação da contratada.

10.3 Conforme disposto no Inciso I e Caput do Artigo 124 da Lei Federal de nº 14.133/2021, os contratos firmados poderão ser alterados com as devidas justificativas, unilateral pela Câmara Municipal, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos e quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diluição quantitativa de seu objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato para obras, serviços e compras e de 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma de edifício ou de equipamentos. Poderá também ser aditado bilateralmente para manter o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato em casos de força maior, caso fortuito e fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a sua execução, conforme pactuado.

10.4 Conforme disposto no Caput do Artigo 129 da Lei Federal de nº 14.133/2021, quando da alteração contratual para supressão de obras, bens e serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, ou ainda, ter prestado os serviços, estes deverão ser pagos pela Câmara Municipal de Santana da Vargem pelos custos regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo ainda caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

10.5 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do artigo 134 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

### **11 Do valor da Contratação**

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.476,10 (nove mil quatrocentos e setenta e seis reais e dez centavos);

11.2 O valor da proposta deve abranger os seguintes custos: impostos, encargos sociais e trabalhistas, entre outros custos que forem gerados para execução do serviço.

### **12 Da Dotação Orçamentária**

12.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do exercício financeiro vigente, e da correspondente no exercício subsequente.

DESPESA NÚMERO: 11-3.3.90.30.00- Material de consumo

R\$ 76.013,03 (setenta e seis mil e treze reais e três centavos)

### **13 Da Adequação ao Plano Anual de Contratações**

13.1 Esta contratação está devidamente prevista e respaldada no Plano Anual de Contratações.

### **14 Da Garantia de Execução**

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução .

### **15 Das Obrigações do Contratante (art 92,X, XI e XIV)**

São obrigações do Contratante:

15.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

15.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.3 Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o CONTRATO

15.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.5 Arcar com as despesas de publicação de extrato do CONTRATO DE FORNECIMENTO, bem como dos Termos Aditivos que venham a ser firmados.

15.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.8 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

15.9 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

15.10 Cientificar o órgão de representação judicial do jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

15.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 16 Das Obrigações do Contratado

16.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.4 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do CONTRATO DE FORNECIMENTO, durante toda a sua vigência;

16.5 Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários para comprovação da qualidade do (s) objeto (s), permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do Edital.

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

---

16.6 Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do CONTRATO DE FORNECIMENTO, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei.

16.7 Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o objeto contratado.

16.8 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.11 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.12 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

16.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.14 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



16.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.17 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

## 17 Das Obrigações do Contratado

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

17.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.3 dar causa à inexecução total do contrato;

17.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, nos termos da Lei 14.133/21, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.14 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item **15.13** do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

# CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

---

17.15 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

17.16 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.17 A aplicação das sanções previstas no item **15.13**. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.18 Na aplicação da sanção prevista no item 15.13, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

17.19 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item **15.13** do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.20 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

17.21 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.22 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.23 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

## **18 Das Normas de Regência**

18.1 O presente procedimento licitatório é regido pela Lei 14.133/21, e regulamentações internas.

18.2 Os casos omissos no presente Termo de Referência deverão observar a legislação de regência.

## **19 Do Foro**

19.1 As partes elegem o foro da comarca de Três Pontas /MG para dirimir quaisquer conflitos existentes dentre esta contratação

Santana da Vargem, 03 de Julho de 2024